



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Termos de Referência

Contratação de Serviços Consultoria para o Desenvolvimento Estratégia de Pesquisa da ANAC

Título: Contratação de um/a Consultor/a
Autoridade Contratante: Administração das Áreas de Conservação (ANAC)
Localização: Maputo
Duração do contrato: 120 dias no período de 12 meses

CONTEXTO

O Governo de Moçambique, através da Administração Nacional das Áreas de Conservação, tem vindo a implementar programas, cujos objectivos de longo prazo são a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais nas áreas de conservação (AC) e a promoção do crescimento e desenvolvimento económico, baseado no uso sustentável de recursos naturais pelas comunidades locais, com particular ênfase no ecoturismo.

As AC são geridas com base nos respectivos planos de manejo e indicadores ecológicos.. A visão das áreas de conservação referente a realização de pesquisas é a seguinte: Colaboração e parcerias com instituições nacionais e internacionais como forma de mobilização de recursos e experiências com enfoque em estudos científicos, dados sistematizados e resultados para o manejo da conservação (composto pelos planos de manejo das áreas de conservação). Pesquisas servem para responder aos problemas pontuais, para definir métodos e o uso de tecnologias bem como definir linhas de base para planos de monitoria ecológicos. O papel da pesquisa e a forma da sua integração na gestão das áreas de conservação se encontra definido no Regulamento da Lei n.º 16/2014, de 20 de Junho, alterado e republicado pela Lei n.º 5/2017, de 11 de Maio, Lei da Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica, Artigo 69 - Conteúdo e Estrutura do Plano de Maneio).

Os planos de manejo das áreas de conservação bem como as experiências de algumas das áreas de conservação, tais como o Parque Nacional da Gorongosa ou o Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, trazem elementos, que alimentam uma estratégia geral da pesquisa aplicável para todas as ACs em Moçambique. Também existem áreas de conservação, onde a gestão adaptada de conservação está a ser realizada e a pesquisa já é parte integrante das

operações. Igualmente existem alguns programas de monitoria ecológica de longa duração, como por exemplo as contagens aéreas, as parcelas de monitoria da vegetação, a monitoria das áreas de nidificação de espécies ou a monitoria de espécies problemáticas através do MOMS, que podem servir de aprendizagem para a definição da estratégia global de pesquisa.

Embora as áreas de conservação recebam anualmente uma diversidade de equipas de investigadores nacionais e internacionais, que mobilizam um valor estimado em 1,4 Milhões USD em 2019 (com excepção da Gorongosa), a recepção destes investigadores continua a constituir um peso sobre os recursos logísticos disponíveis nas áreas de conservação e os resultados produzidos pelas actividades dos investigadores não trazem o impacto esperado no aumento da eficiência e efetividade do manejo da conservação. Existem neste momento três linhas gerais que influenciam actualmente a evolução da abordagem das pesquisas em áreas de conservação: Primeiro, foram desenhados e iniciados programas que visam criar capacidades profissionais a partir das instituições do ensino superior e de pesquisas em Moçambique através de programas tais como i) o Programa de Liderança na Conservação em Moçambique (PLCM) com fundos do Banco Mundial (IDA) através da BIOFUND (<https://www.biofund.org.mz/projects/programa-de-lideranca-para-a-conservacao-de-mocambique-plcm/>) bem como ii) o Programa de mestrado em biologia de conservação da Gorongosa com fundos do Howard Hughes Medical Institute. Segundo, foram iniciadas pesquisas aplicadas por organizações especializadas que mobilizam os seus próprios recursos para a realização das pesquisas. Algumas estão em curso há mais de 15 anos, como por exemplo o programa de monitoria da vegetação do Miombo na Reserva Especial do Niassa liderado pela UEM. Sem querer listar exhaustivamente o seu universo completo são mencionados aqui algumas das áreas e organizações, nomeadamente: conservação de carnívoros (EWT, NCP, Operadores das concessões nas coutadas do Marromeu e de Manica), conservação de aves (EWT, BirdLife), de elefantes (Elephant Alive), mamíferos marinhos (MMF, ORI) e o grupo de botânicos Bart Wursten, Petra Ballings, Meg Coates Palgrave e Mark Hyde com a obra valiosa do Arquivo Virtual e Interactivo chamado “Flora of Mozambique” (mozambiqueflora.com). Terceiro, tem sido realizados trabalhos com carácter de pesquisas através de consultorias que abrangem temas como estudos de espécies invasoras, pagamentos para serviços dos ecossistemas ou estudos de viabilidade para translocações de animais selvagens no âmbito do apoio a uma ou várias áreas de conservação. Na impossibilidade de listar todos, são aqui mencionados alguns dos projectos: PROMOVE-Biodiversidade (<https://www.biofund.org.mz/projects/programa-promove-biodiversidade-2/>), MozBio1 e 2 (fnds.gov.mz).

Uma análise preliminar sobre a componente de pesquisas nos planos de manejo das AC revelou primeiramente as dificuldades, que as áreas de conservação enfrentam na mobilização e utilização actual das pesquisas. Estas são detalhadas abaixo e servem como porto de partida para esta consultoria para ajudar a fazer o diagnóstico da situação (fraquezas, oportunidades, ameaças, forças):

- Necessidade de partilha de todos os dados e resultados por parte dos investigadores;
- Necessidade de recolha dos dados para servir para o manejo adaptativo;
- Necessidade de identificação e priorização dos problemas alvo para pesquisas;
- Necessidade de desenho de mecanismos para encorajar a realização de pesquisas;
- Necessidade de desenho de mecanismos para a troca de dados e para a publicação;
- Falta de métodos acordados, comparáveis (com as métricas internacionais) para uma série de tipos de levantamentos de dados (p.e. a estimativa da abundância de uma espécie);
- Não estão estabelecidas as linhas de base para os dados estatísticos;

- Faltam sistemas de referência para a avaliação dos dados da monitoria ecológica para informar a gestão adaptada;
- Necessidade de criar formatos para a contabilização das contribuições das instituições de pesquisa na realização dos objectivos dos gestores das AC.

Nesse âmbito, a ANAC visa melhorar o uso da ciência para a gestão das ACs e pretende através da consultoria criar uma estratégia de pesquisa que sirva de base orientadora para o maneio das áreas de conservação.

Assim, o Governo de Moçambique solicitou apoio de fundos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), para a definição de uma nova abordagem de desenvolvimento e gestão de pesquisa para a conservação da biodiversidade dentro das Áreas de Conservação. Esses fundos permitem i) a contratação de um oficial junior de pesquisa que vai reforçar o departamento de pesquisa da ANAC; ii) a contratação de uma consultoria para apoiar o desenvolvimento da estratégia de pesquisa e o reforço de capacidade da ANAC; iii) a compra de equipamentos para implementação dessa estratégia.

Estes TdR pretendem orientar a contratação de uma consultoria nacional para apoiar na elaboração e implementação da Estratégia de Pesquisa da ANAC (2022-2032).

OBJECTIVO DA CONSULTORIA

Três objectivos gerais:

- i. Aumentar a capacidade da ANAC na institucionalização da pesquisa como base do conhecimento para a gestão adaptada das Áreas de Conservação (licenciamento, proposta de temas estratégicos, apoio as equipas das Áreas de Conservação, etc);
- ii. Desenvolver uma estratégia de pesquisa, que deve orientar a abordagem da gestão adaptada nas áreas de conservação;
- iii. Estabelecer mecanismos de colaboração e sinergias com instituições de pesquisa para favorecer a tomada de decisões baseada na ciência.

Os objectivos específicos da consultoria são os seguintes:

- n°1: Liderar um processo participativo para a mobilização da contribuição de todos os actores e especialistas activos em pesquisas em áreas de conservação ou no maneio da conservação;
- n°2: Facilitar a apropriação e a elaboração da estratégia de pesquisa pelos gestores das áreas de conservação e pelos parceiros da ANAC;
- n°3: Facilitar a priorização das intervenções e actividades que devem constituir o plano das acções.

A consultoria deve ter um esforço total de 120 dias num período de 12 meses. Neste período o consultor deverá dividir o trabalho em componentes de blocos intensivos participativos e em blocos acompanhantes de assistência. O/a consultor/a deve submeter a proposta técnica, um cronograma detalhado e um orçamento com justificação de cada item.

METODOLOGIA

A consultoria deve utilizar técnicas de moderação e facilitação em diversos formatos, por exemplo seminários com as administrações das áreas de conservação e a sede da ANAC usando técnicas participativas (p.e. Chuva de ideias, World Café), onde prestará os serviços de consultoria ao Sector de Planificação Cooperação e Estudos A consultoria deve envolver os peritos das áreas de conservação nas matérias temáticas, assim como a Direcção Nacional de Ambiente- DINAB, Universidades, parceiros e co-gestores e facilitar o diálogo entre os actores. A estratégia deve ser resultado dos consensos sobre as prioridades, acções e instrumentos.

A consultoria deve utilizar como documentos de suporte a Política de Conservação e a sua Estratégia de Implementação, o Plano Estratégico da ANAC para o período 2015-2024, a Lei e o Regulamento da Conservação da Biodiversidade, os planos de manejo e as estratégias de pesquisa a nível de algumas ACs bem como outros dispositivos legais.

Deverá haver cinco momentos chaves, onde todas as partes interessadas precisam de ser envolvidas, sendo:

- i. O lançamento do processo;
- ii. A apresentação do diagnóstico;
- iii. A apresentação da Teoria de Mudança;
- iv. A apresentação do Plano das acções prioritárias; e
- v. A apresentação da Estratégia de Pesquisa.

RESULTADOS ESPERADOS

A facilitação do processo de definição e implementação da estratégia de pesquisa da ANAC deverá permitir atingir os resultados seguintes, sendo cada um, um componente da estratégia de pesquisa:

Volume I: Diagnóstico e Priorização de Problemas Alvo para Pesquisas nas AC

Este diagnóstico deverá resultar de um processo participativo e reflectir o consenso dos actores nacionais da biodiversidade sobre a situação actual e os desafios para a pesquisa nas AC detalhando as fraquezas, oportunidades ou capacidades, ameaças e forças existentes. O diagnóstico deve incluir o levantamento e uma análise sobre os instrumentos e políticas orientadoras existentes, referentes a pesquisa na conservação.

Volume II: Teoria de mudança e Políticas orientadoras

Esta parte deverá incluir pelo menos as seguintes partes e capítulos, identificados como sendo relevantes nos planos de manejo das AC:

- A teoria de mudança para o uso e mobilização da ciência nas políticas de conservação da biodiversidade;
- Protocolo de colaboração intersectorial;
- Mecanismos na qual a comunidade científica se torna parte integrante da gestão das áreas de conservação;
- Detalhar um padrão para agendas de pesquisa e as suas directrizes;
- Criar dispositivos de troca de experiência entre ACs na área de pesquisa;
- Institucionalização do uso dos dados das pesquisas na planificação;
- Definir políticas de posse e utilização dos direitos dos dados produzidos com base na vida selvagem ou das comunidades residentes nas AC;

- Mecanismos de prestação de contas sobre intervenções ou a ausência delas no manei de conservação e a utilização das informações científicas;
- Institucionalização da pesquisa, monitoria ecológica e da gestão adaptada;
- Mecanismos para transformar ACs em laboratórios abertos de pesquisa;
- Directrizes básicas para acordos com instituições académicas e a delegação das tarefas de pesquisa ou da monitoria ecológica para instituições de pesquisa para a implementação;
- Mecanismos para revisão da estratégia de pesquisa.

Estas políticas, mecanismos ou protocolos devem ser referidos em legislação, manuais, convenções ou outros existentes, ou desenhados em formatos genéricos para a sua adopção no dia à dia dos gestores das AC e das instituições de pesquisa. Na ausência de elementos concretos deve-se prever a produção do conteúdo durante a fase da implementação da estratégia de pesquisa no plano de acção.

Volume III: *Definição de Acções Prioritárias*

O plano das acções prioritárias é parte integrante da estratégia de pesquisa e baseia-se na teoria de mudança e o diagnóstico. Ele visa determinar os passos, recursos e prazos necessários para viabilizar a estratégia de pesquisa durante o período de 2022 a 2032. Alguns dos planos de manei identificaram acções consideradas como importantes (partilhados abaixo) que devem servir do ponto de partida para a consultoria. O processo participativo deve resultar em um plano de acções reconhecido e apropriado pelas partes.

- Criar TdR para um Comité Científico e grupos temáticos para a avaliação e o acompanhamento das pesquisas;
- Criar uma lista de necessidades para cada uma das Áreas de Conservação, para efectuar-se as pesquisas consoante a sua carência;
- Criar um cronograma com identificação dos períodos para cada uma das Áreas de Conservação, tendo em conta as características do ecossistema e as épocas favoráveis para actividades de campo;
- Desenvolver uma rede de contactos para pesquisas específicas;
- Integrar programas de investigação numa AC em programas maiores / nacionais criando a conectividade e valorização dos resultados da pesquisa entre AC (p.e. a pesquisa sobre queimadas em uma AC pode trazer resultados relevantes para uma outra AC com habitat ou desafios semelhantes);
- Criar sistemas de arquivos e disseminação dos resultados (consta assim nos planos de manei, mas já foi iniciado a criação do sistema);

Volume IV: *Plano de acompanhamento e capacitação nas AC*

O processo da produção da estratégia de pesquisa constitui um elemento de capacitação e aprendizagem, contando com as contribuições das experiências e boas práticas adoptadas por algumas das AC e das instituições de pesquisa em Moçambique. O sucesso da estratégia de pesquisa depende das capacidades das instituições em diversas matérias, que serão identificadas principalmente durante o diagnóstico. Servem como ponto de partida para a consultoria as fraquezas nas capacidades apresentadas nos planos de maneios das AC, que são em linhas gerais:

- Deficiências humanas, em equipamento e recursos financeiros, deficiências na gestão financeira;
- Fraquezas na aplicação das informações geridas a partir das pesquisas e a inexistência de sistemas de monitoria ecológica;
- Deficiências em elementos de governação e integridade.

Estes constituem fase de trabalho que devem ser realizadas completando uma após da outra.

PRODUTOS E EVIDÊNCIAS ENTREGÁVEIS

Os resultados esperados devem produzir os seguintes produtos evidências do trabalho feito. O diagnóstico constitui uma meta que requer da aprovação para iniciar com a fase da elaboração da Teoria de Mudança e Políticas Orientadoras.

1. Relatório de arranque com plano detalhado de trabalho;
2. Relatório dos seminários (5 seminários);
3. Diagnóstico do ponto de situação das pesquisas nas ACs (deve incluir informação de um mínimo de 50 entrevistas com peritos);
4. Estratégia preliminar com templates dos protocolos principais desenhados;
5. Plano de acompanhamento e das capacitações.

FORMATO DA PROPOSTA

A proposta deve seguir o seguinte formato:

- Apresentação detalhada da equipa de consultores;
- Experiência relevante
- Referências
- Plano de Implementação e das Metodologias.
- Este deve reflectir a abordagem participativa, as metas e os entregáveis de cada fase.
- Plano Orçamental.

CRITÉRIOS MÍNIMOS

Prevê-se uma equipa de três consultores nacionais ou com residência no país, que devem reunir habilidades e características individuais para os seguintes perfis:

Perfil 1: Experiência em liderar processos participativos com diversas ferramentas para a produção de documentos institucionais estratégicos em Moçambique;

Perfil 2: Especialista em biodiversidade terrestre ou marinha, de preferência com conhecimento na realização de pesquisas em AC;

Perfil 3: Experiência em organizar seminários em diversos formatos (presencial, virtual), com capacidade de tomar notas para a preparação de relatórios de seminários;

Factores preferenciais:

- Perfis com experiência com áreas de conservação.
- Formação académica concluída de preferência na gestão de áreas de conservação ou ciências afins.
- Domínio da língua portuguesa.
- Habilidades sólidas na organização, execução e moderação de seminários participativos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PESQUISA

As propostas serão pontuadas de acordo com os seguintes critérios:

Critério	Pontuação máxima
Experiência dos membros da Equipa	50
Qualidade da proposta	30
Adequação do orçamento proposto com as intervenções propostas	20
Total	100

DOCUMENTOS PARA CANDIDATURA

- Proposta técnica detalhada da metodologia;
- Proposta de cronograma;
- Orçamento detalhado, incluídas despesas de viagens;
- Curriculum Vitae do Consultor, incluído dos seus assistentes detalhados e demonstrando experiência em trabalhos similares.

COMO CANDIDATAR-SE:

Os candidatos que possuem requisitos acima referidos poderão submeter as suas propostas até **15 dias úteis** a contar a partir da data de lançamento do curso para o endereço eletrónico: geral@anac.gov.mz ou no seguinte endereço: Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), Rua da Resistência 1746, 8º andar, Maputo – Moçambique.

No acto da submissão dos documentos os candidatos devem preencher a ficha de integridade a ser obtida no local e nas plataformas digitais. O não preenchimento da ficha de integridade esta sujeito a invalidação da candidatura.

Apenas candidatos pré-seleccionados serão contactados.